

HISTÓRIA PÚBLICA LGBTQIA+ E QUEERIZAR A HISTÓRIA: ENTREVISTA COM BENITO BISSO SCHMIDT

*LGBTQIA + PUBLIC HISTORY AND QUEERIZING HISTORY:
INTERVIEW WITH BENITO BISSO SCHMIDT*

*HISTORIA PÚBLICA LGBTQIA+ Y QUEERIZAR LA HISTÓRIA:
ENTREVISTA A BENITO BISSO SCHMIDT*

Henrique Cintra Santos¹

Benito Bisso Schmidt é licenciado, bacharel e mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Benito é desde 1994 professor do Departamento de História na UFRGS, atuando em atividades de ensino na graduação e pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão diversos, assim como prestando consultoria para acervos, exposições, produções cinematográficas, entre outros. Além disso, Benito foi presidente da Associação Nacional de História (ANPUH) entre 2011 e 2013.

Apesar de sua versatilidade em transitar em suas pesquisas por vários campos da História, grande parte de sua trajetória de pesquisa tem se destinado aos estudos das biografias. O livro “Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 à 1984”, lançado em 2017, é destaque de sua produção acadêmica em torno de biografias, tendo sido um dos finalistas do Prêmio Jabuti em 2018. Recentemente, Benito tem se voltado à produção de uma historiografia LGBTQIA+, principalmente sobre as intersecções entre trauma, memória e narrativas transnacionais LGBTQIA+. Além disso, o pesquisador tem tido papel protagonista no CLOSE - Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul, projeto ligado à UFRGS.

Em entrevista realizada em agosto de 2021, entre os diversos tópicos abordados Benito apresenta sua trajetória e suas principais influências

.....

1. Doutorando em História Global pela Universidade Federal de Santa Catarina. henriquecintra@outlook.com.

intelectuais; discute o desenvolvimento recente de um campo historiográfico LGBTQIA+ no Brasil e alguns dos marcos tanto nos anos 1990 quanto recentemente e que caracterizam esse processo; discorre sobre seus interesses de pesquisas atuais; e defende um projeto *queer* para a História LGBTQIA+ no Brasil e que consiga problematizar as narrativas *mainstreams*.

Henrique Cintra Santos: Você poderia relatar um pouco de sua formação acadêmica e de pesquisa? Como você descreveria o seu contexto intelectual formador e quais influências que marcam essa sua trajetória?

Benito Bisso Schmidt: Eu fiz o meu curso de graduação no final dos anos 1980, entre 1987 e 1991, me formando tanto em licenciatura como bacharelado em História na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Em nosso curso ainda havia alguns professores que representavam uma historiografia bastante tradicional e factual. Por outro lado, tínhamos também um outro grupo, principalmente formado por mulheres, que já estava tendo sua formação em pós-graduação, tanto mestrado quanto doutorado, muito influenciada pelo marxismo e, principalmente, pelo Gramsci. Nesse meio, algumas professoras também trabalhavam com outras vertentes teóricas: a Profa. Céli Pinto, por exemplo, tinha voltado da Inglaterra onde havia feito seu Doutorado com muitas discussões a partir do Foucault e da Análise do Discurso. Então era um ambiente de muita discussão ao redor do que se chamava de “Nova História”, a qual ainda era pensada muito como uma nebulosa contendo várias tendências diferentes. Isso era acompanhado um pouco por uma oposição entre a “Nova História” - às vezes chamada naquele momento de história pós-moderna - e o Marxismo. Então me formo em um contexto de recepção da “Nova História” no Brasil, mas também de uma resistência a essas perspectivas.

Eu sou de uma geração que ainda não emendava graduação, mestrado e doutorado, e da qual não era exigida a formação em pós-graduação para o ingresso na docência em cursos superiores. Então, eu comecei a dar aula em uma universidade do interior do Rio Grande do Sul (RS), a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ficando lá em 1992 e 1993. Em 1994 entro ao mesmo tempo no Mestrado na UFRGS e como professor no Departamento de História. Iniciei, dessa forma, como discente de pós-graduação e como docente de graduação ao mesmo tempo. A partir disso, fui direcionando minhas pesquisas cada vez mais para a discussão

sobre biografia na História. Isso respondeu não necessariamente a um gosto prévio pelas biografias, mas foi algo que foi aparecendo através de sugestões, como de minha orientadora na época, a Profa. Silvia Regina Ferraz Petersen, a qual propôs que eu trabalhasse com a biografia de um militante socialista que viveu entre o fim do século XIX e início do século XX justamente na região sul do estado, em Rio Grande. Tal escolha se deu em um contexto historiográfico mais amplo que chamamos de “volta” da biografia, mas que não se tratava mesmo de um retorno da biografia, já que não era aquela biografia tradicional, heroica, mas uma biografia muito marcada pelas ideias da micro-história, da história social inglesa, de pensar o indivíduo como um ponto de observação de relações sociais mais amplas. Então, meu Mestrado articulou o estudo de biografia, a partir desse militante socialista, e foi muito marcado pela História do Trabalho e História Social. Depois no Doutorado, fui para a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) ainda bastante atrelado a uma perspectiva de História Social e trabalhando com biografias de militantes socialistas – agora com personagens não do sul do Estado do RS, mas de Porto Alegre, e no mesmo período entre o final do século XIX e início do século XX. Em minha trajetória, portanto, eu continuei trabalhando com biografias, mas fui mudando de perspectiva teórica – de pensar menos a questão da representatividade, por exemplo, e mais a questão da singularidade desses indivíduos – assim como outros contextos. Fiz uma biografia da jornalista Gilda Marinho (1900 – 1984), por exemplo, que viveu em Porto Alegre e acompanhou todo o século XX, projeto no qual trabalhei bastante com gênero e História Oral, já que era uma personagem que tinha vivido até um período mais contemporâneo – então havia várias pessoas que conviveram com ela e que pude entrevistar. Mais tarde realizei um outro projeto que levei 10 anos para finalizar: a biografia do militante Flavio Koutzii, que lutou contra as ditaduras de Segurança Nacional no Brasil, no Chile e na Argentina (local em que ele teve atuação mais destacada no período em estudo, sendo preso e torturado). O grande desafio desse trabalho foi fazer a biografia de um personagem ainda vivo, algo que até então não havia feito e que colocou uma série de implicações éticas e também teórico-metodológicas para a pesquisa e a constituição da narrativa.

Depois de finalizado o trabalho com o Flavio, foi então que comecei a investir em um tema relativamente novo na minha carreira: a história LGBTQIA+, a qual nomeio dessa forma, mas ciente do anacronismo que

a sigla possa significar quando pensamos em outros períodos. Até então – sem mencionar outras diversas atividades de ensino e extensão - tive dois projetos de pesquisa ligados a essa área: primeiro fiz um projeto onde cruzei biografias de três personagens de Porto Alegre e que em algum momento foram interpelados por discursos que os chamavam ou insinuavam que essas pessoas eram pederastas, homossexuais e termos afins em diferentes momentos do século XX. Agora estou redigindo alguns resultados dessa pesquisa, com algumas publicações em curso. Mais recentemente venho realizando um projeto – do qual apresentei algumas prévias no Seminário Nacional de História da ANPUH e no Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, ambos em 2021 – sobre a constituição de uma memória transnacional LGBTQIA+ a partir da análise de algumas experiências de museus e de monumentos. Então, a história LGBTQIA+ entra muito recentemente na minha carreira, provavelmente de 2015 para cá, porque antes, embora me reconhecesse no meu espaço de atuação acadêmica como um homem cisgênero gay, ainda não era um campo que me interessava particularmente. Até então, conhecia poucas coisas da área por curiosidade: me lembro quando fiz a disciplina de História Antiga, por exemplo, e havia indicação de livros bastante importantes, como o *Nos Submundos da Antiguidade* (Catherine SALLES, 1982); assim como trabalhos sobre períodos mais recentes, como o livro do James Green (2019). Entretanto, essas leituras constituíam uma curiosidade pela minha história pessoal, mas não um objeto de pesquisa que me interessasse particularmente.

H.C.S.: Enquanto em outras áreas das ciências humanas, especialmente na antropologia, as dissidências de sexualidade e/ou gênero já recebiam maior atenção a partir da década de 1970, os historiadores começaram a se voltar para tais questões mais tardiamente. O artigo de Joana Maria Pedro e Elias Ferreira Veras (2014), ao tratar sobre os silêncios de Clio sobre a homossexualidade no Brasil, é uma das principais tentativas por sistematizar e interpretar esse processo na História. Como você entende essa relutância particular no campo da história? É possível periodizar em que momento começou a haver uma atenção de pesquisa expressiva para com as dissidências de gênero/sexualidade entre os programas de pós-graduação em História no Brasil?

Benito: Eu acredito que atualmente é muito difícil no campo da História alguém aconselhar o outro para que não trabalhe com esse tema ou dizer

que este não teria relevância. Eu acho e espero que hoje uma afirmação como essa seja mal vista. Mas a gente sabe que a LGBTfobia e a cis-heteronormatividade são estruturais, assim como o racismo, a misoginia, o clasismo e outras opressões. Então muitas vezes as pessoas internalizam tais opressões – inclusive pessoas LGBTQIA+ - e algumas resistências aparecem de formas muito sutis. Eu pensaria em duas formas principais: a primeira seria a suposta inexistência de fontes para o tema. Temos vários outros campos historiográficos sobre os quais também foi dito isso no início: sobre a história da escravidão, por exemplo, havia nos anos 1980 uma lenda de que o Ruy Barbosa teria queimado todos os documentos sobre a escravidão e de que não teria como estudá-la. Porém, se refletirmos sobre isso hoje, vemos que o campo dos estudos da escravidão e do pós-abolição é uma das pontas de lança de nossa historiografia, onde as coisas mais sofisticadas acontecem, inclusive em termos do uso de fontes. A segunda forma de resistência um pouco mais “afiada” seria a dúvida sobre a relevância do tema, a qual sugere uma certa hierarquia entre temas, o que causa efeitos no campo. Podemos ainda mencionar o discurso de que se você é LGBTQIA+ e estudar esse tema, você se identificaria muito com seu objeto e supostamente não teria o distanciamento necessário - algo que historiadores e historiadoras negras já mostram há muito tempo que não é o caso. É uma acusação que foi feita bastante para os estudos de gênero de uma forma geral, como se fosse uma história muito “identitária”. Eu acredito que esses são alguns ruídos que apareceram e dificultaram a inserção do tema no campo. E como eu disse, para o campo historiográfico há efeitos práticos: porque implica a possibilidade ou não de passar em um concurso, publicar o seu artigo ou adquirir postos de poder, como diz o Bourdieu, nas disputas institucionais que se manifestam em vários momentos. Como exemplo, cito a Revista Brasileira de História, que é o nosso principal periódico e onde temos um único estudo publicado sobre o tema - algo que acredito que vai mudar a partir dos próximos números – com o artigo do antropólogo Luiz Mott (1994) trabalhando com relações raciais e sodomia no Brasil Colônia. Então acho que a História é uma área tradicionalista com muita dificuldade de transformação, enquanto a Antropologia tem uma versatilidade maior em várias questões, não sendo uma peculiaridade dos estudos LGBTQIA+. E na Antropologia temos alguns nomes que ganharam proeminência no campo, processo que também aconteceu com os historiadores mais tarde: a presença de alguns estadunidenses ou ingleses que junto de um certo prestígio e autoridade dada

pelo Norte Global começaram a falar sobre esse tema nas universidades brasileiras. Muitos desses brasilianistas que aqui vieram se estabeleceram principalmente em alguns programas de pós-graduação em Antropologia, como o da Unicamp. É importante destacar que tivemos outras pessoas que não tinham esse carimbo do Norte Global, como o Néstor Perlongher, por exemplo, que fugiu da ditadura argentina e era um ativista também no movimento homossexual. Então o campo da Antropologia me parece acolhedor, o que não significa que essas pessoas também não tenham sofrido resistências institucionais. Já na História, com um pouco mais de dificuldade, podemos falar do James Green, o qual possui prestígio de intelectual estadunidense, alguém que também militou e milita pelas causas LGBTQIA+ e que colocou sua experiência de militância no campo acadêmico. Além disso, ele vem de uma universidade importante e possui excelentes relações acadêmicas e pessoais no Brasil, sendo muito respeitado. Alguns outros nomes nos anos 1990 também podem ser lembrados e que contribuíram para a inserção do tema no campo da História: destaque, assim, o trabalho da Celeste Zenha Guimarães (1994) com sua dissertação de mestrado abordando os discursos médicos sobre a homossexualidade.

Entretanto, só bem mais recentemente - nos anos 2000, ou diria até mesmo a partir da segunda década dos anos 2000 - é que nós podemos falar de um campo historiográfico LGBTQIA+. Eu seria injusto de citar um ou dois trabalhos desse período - já que são inúmeros - porém posso apontar nomes de professores e professoras que se dispuseram, por exemplo, a orientar os trabalhos e que possuem o prestígio suficiente para a inserção desse tema nos grupos de pós-graduação. Temos, por exemplo, o Prof. Durval Muniz de Albuquerque Júnior no Nordeste, que não é uma pessoa que se dedica especificamente a esse campo, mas que escreveu sobre isso e que se propõe a orientar, tendo alcançado muito prestígio; o Prof. Fábio Henrique Lopes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); algumas professoras mais ligadas ao campo dos estudos de gênero, como a Profa. Raquel Soihet da Universidade Federal Fluminense (UFF) ou a Profa. Joana Maria Pedro na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Eu também entro nesse meio, embora tardiamente, assim como o Prof. Elias Ferreira Veras, que apesar de jovem, entrou com força na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E claro, essas pessoas formam redes, como é próprio dos intelectuais, apoiando uns aos outros, criando conexões, propondo dossiês e publicações. E podemos falar de um marco importante,

que é o Simpósio Temático “Clio ‘sai do armário’: Homossexualidades e escritas da História” - organizado pela Rita de Cassia Colaço Rodrigues e pelo Elias Ferreira Veras no Simpósio Nacional de História em 2019 - atividade da qual acabei participando. A partir dele podemos citar a criação da Rede de Historiadorxs LGBTQIA+², a publicação do livro “Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+” (RODRIGUES; VERAS; SCHMIDT, 2021) e o segundo simpósio temático sobre o tema realizado no Simpósio Nacional de História em 2021. Então, acredito que em algum momento alguém com maior distanciamento registrará essa história do campo, o qual possui também vários conflitos internos. Tivemos uma cobrança, por exemplo, muito importante da falta não só de representatividade, mas de inserção nas discussões da questão étnico-racial. A sigla LGBTQIA+ tem ela mesma visibilidades diferentes e que significam disputas de espaço político e também acadêmico.

Portanto, repito que eu marcaria alguns trabalhos com certo pioneirismo nos anos 1990. O James Green fala, por exemplo, que ele esperava que após a publicação do “Além do Carnaval” no Brasil fosse acontecer um *boom* de publicações sobre o tema, o que não houve, acontecendo só mais tarde. Eu acho que, como eu disse, apesar dos trabalhos pioneiros isolados anteriores, um campo ou um grupo sólido que estabelece relações e pensa em projetos acadêmicos e políticos comuns é algo bastante recente.

HC.S.: Nesse sentido, as duas últimas edições do Simpósio Nacional de História, organizados pela ANPUH, marcam uma conquista que deve ser celebrada. Na edição de 2019 ocorreu o primeiro Simpósio Temático (ST) na história do evento destinado a discutir historiografias LGBTQIA+. Esse primeiro ST, organizado pelo Elias Ferreira Veras e a Rita Colaço e intitulado “Clio ‘sai do armário’: homossexualidades e escrita da História”, interrompe a ausência de um espaço como tal no principal evento acadêmico em História no país. As discussões empreendidas durante esse ST acabaram sendo traduzidas para o livro “Clio sai do armário: historiografia LGBTQIA+”, organizado por você e os organizadores do ST e publicado no primeiro semestre de 2021. Você poderia falar um pouco da obra e quais as especificidades e potencialidades observáveis entre as pesquisas dessas novas produções?

.....

2. A rede conta com perfil ativo no [Instagram](#) e [Youtube](#).

Benito: Logo no final do ST, o Elias e a Rita me convidaram para organizar o livro junto deles. Nem todas as apresentações do ST se transformaram em capítulos: alguns trabalhos ainda estavam em uma fase embrionária e outros não puderam participar pois já haviam sido publicados em outros lugares. Portanto, não é um espelho do ST, mas uma amostra, um aperitivo do que foi o ST. Primeiro acho interessante que, embora os trabalhos sobre homens cis e gays tenham predominância, nós temos já uma quantidade expressiva de trabalhos sobre lésbicas e feitos por mulheres cis lésbicas. Embora tenhamos trabalhos sobre mulheres trans, não há trabalhos sobre homens trans no livro, o qual é, no entanto, um grupo que pouco a pouco começa a fazer sua entrada acadêmica. Devemos destacar ainda que embora haja trabalho sobre mulheres trans, este não é feito por uma mulher trans, o que mostra a dificuldade de acesso dessas pessoas ao ensino básico e, principalmente, à pós-graduação - situação essa que muito à conta gotas vem sendo solucionada por políticas de ações afirmativas. Então, ainda existe certamente essa discrepância das letrinhas - das identidades e orientações sexuais. Como ponto positivo, devo marcar a significativa quantidade de trabalhos fora do eixo Rio-São Paulo, o que não significa a exclusão do interior desses estados – já que, por exemplo, temos trabalhos sobre Campo de Goytacazes, no interior do Rio de Janeiro. Com uma maior mobilidade geográfica nós conseguimos ter uma visão muito mais efetivamente nacional dessa história. E algo que eu sempre incentivo é sairmos desse eixo Rio-São Paulo – claro que é necessário continuar fazendo trabalhos nesse recorte, mas não podemos tomar a parte pelo todo como às vezes os intelectuais do Rio e de São Paulo fazem para vários assuntos. É importante também não se dirigir só para as capitais dos estados, mas observar experiências que acontecem em cidades menores e na zona rural. Isso é um bom exercício para o campo e não significa que agora precisamos fazer pesquisas sobre todas as cidades, mas apontarmos para outras dinâmicas: como, por exemplo, o que significa ser LGBTQIA+ em uma cidade pequena, a qual pode ter outras dinâmicas fora daquela urbana do anonimato da cidade grande; que há outras formas de estabelecimento de laços sociais, de resistência e também de opressão. Enfim, podemos perceber também uma diversidade de fontes muito grande, o que é algo que também aparece no livro. Outro traço é que há ainda o predomínio de trabalhos sobre períodos bem recentes: da ditadura e redemocratização para cá. Isso eu acho que tem a ver com a própria produção de fontes,

já que temos mais possibilidades de fontes dos próprios agentes sociais, seja pela história oral ou pela documentação dos movimentos, produção de biografias e assim por diante. A partir disso posso apontar mais um ponto importante da historiografia LGBTQIA+ no país que é o Relatório da Comissão Nacional da Verdade do Brasil. Este foi, se eu não me engano, até pelo seu caráter muito tardio, talvez o único no mundo a incluir um capítulo sobre perseguições aos LGBTQIA+. Isso teve consequências como a publicação do livro do Renan Quinalha e do James Green (2014), a qual reuniu um grupo muito grande de pesquisadores e pesquisadoras.

H.C.S.: Em suas pesquisas há também um interesse particular pelas discussões sobre História Pública. Podemos observar hoje em dia, por exemplo, uma intersecção entre a preocupação com os novos meios digitais de divulgação e a História Pública. Em uma rápida pesquisa pelo YouTube é possível encontrar engajamentos seus na divulgação de suas pesquisas e reflexões: destaque, por exemplo, sua participação no canal *História da Ditadura* em 2020³ e no canal *Historiar-se* em 2019⁴. Você acha que tais espaços digitais e de livre acesso podem realmente contribuir para lutarmos contra o apagamento da História de sujeitos e narrativas dissidentes? Quais você consideraria os principais desafios para a promoção de uma História Pública LGBTQIA+?

Benito: Eu não gosto de dizer sempre, pois parece algo meio ilusão biográfica do Bourdieu, mas há muito tempo me interesso por trabalhar com projetos na interface da academia e a sociedade. Eu já coordenei um centro de documentação do poder judiciário, já fiz trabalhos para sindicatos, como livros voltados para um público mais amplo, já realizei curadoria de exposições, e já trabalhei na equipe de um filme de curta-metragem. Essas experiências em geral – antes de entrar no aspecto LGBTQIA+ - sempre me enriqueceram muito como historiador, tanto do ponto de vista de pensar como nosso conhecimento circula como também a forma que se produz conhecimento fora da academia. Essas atividades também nos instigam a pensar muito sobre a interdisciplinaridade do nosso trabalho, dialogando com arquivistas, museólogos, cineastas, designers, jornalistas, entre outros.

.....

3. Disponível em: <https://youtu.be/m0nh3SG8Ie8>

4. Disponível em: <https://youtu.be/LbBMn0wskCo>

No campo específico da história LGBTQIA+, devemos lembrar que ela tem o seu nascimento, digamos assim, em geral por militantes que se interessavam muito em divulgar essas histórias. No início isso ocorria, sobretudo, através da imprensa LGBTQIA+. No periódico *Lampião da Esquina*, por exemplo, nós temos vários artigos de caráter histórico sobre personagens do passado, entrevistas, fotografias, entre outros. Já atualmente, com a ascensão do termo História Pública no Brasil, algo também muito recente, eu acho que muitos projetos têm sido feitos nessa área com uma qualidade bastante impressionante. Eu sou uma pessoa que tem muitas limitações para trabalhar com os meios digitais, pois me atrapalho ou acho que fiz tudo errado. Ou porque também me acostumei a falar de outra forma, como um conferencista, como um palestrante. Então acho que o primeiro desafio é o da linguagem mais rápida, mais precisa, que muita gente tem e realiza trabalhos muito interessantes. Outro desafio me parece que é esse fio da navalha – que não é para cair para um lado ou outro, mas ficar no fio mesmo – entre as nossas responsabilidades acadêmicas, em termos de metodologia e cuidados teóricos e com as fontes, e uma linguagem que precisa por sua característica talvez recorrer mais a anacronismos, ser um pouco mais livre de certas amarras, de precisão linguística ou conceitual. A gente precisa caminhar nessa navalha. Eu acentuaria também que no Brasil o principal campo de atuação pública é a sala de aula do Ensino Básico. Então eu acho que a gente tem que ter uma atuação importante tanto nos meios digitais quanto no meio do patrimônio também, mas a sala de aula é um espaço fundamental para contar essas histórias. Isso envolve outras questões que englobam toda a legislação que nos ampara para adentrarmos esses espaços formais – pensando, por exemplo, nas convenções internacionais de direitos humanos que o Brasil assina, na Constituição ou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). Portanto, precisamos conhecer como nós podemos encontrar e adentrar brechas, tendo atenção com a questão de linguagem e a estratégia pedagógica. Isso tudo é necessário para refletirmos sobre como nós podemos tratar de questões referentes à orientação sexual e à identidade de gênero nas aulas de História: como parte constitutiva dessas aulas de História e também para pensarmos em sala sobre fontes, temporalidades, lutas sociais, conceitos, entre outros. O importante é que isso não seja só um adendo: esses assuntos não podem estar restritos aos momentos em que vamos falar de direitos humanos ou no mês do orgulho LGBTQIA+, por exemplo. É preciso que a gente possa pensar nesse conteúdo como conteúdo

historiográfico. Portanto, eu incluiria nas discussões de história pública o Ensino Básico, com suas especificidades, claro. Não é que nós vamos ter que dar uma aula sobre teoria queer, mas pensar como essas questões podem entrar quando a gente está tratando da aula de História, podendo alterar determinadas periodizações, até mesmo ajudando a entendermos melhor a formação nacional do Brasil ou os processos de colonialismo. Enfim, como que uma perspectiva de gênero e sexualidade pode se inserir nesse campo, já que isso é importante, é parte constitutiva da vida das pessoas. Há várias experiências sobre a questão em outros países que apontam que quando esses conteúdos entram na sala de aula, aumenta a tendência para, por exemplo, diminuir o bullying ou casos de LGBTfobia.

De forma geral, então, os projetos de História Pública são muito importantes. Eu destacaria o projeto que eu coordeno e, portanto, já conheço bem – mas tem outros muito interessantes: o CLOSE (Centro de Referência da História LGBTQIA+ do RS). Esse centro possui três espaços principais de atuação: o CLOSE nas fontes, um trabalho com arquivos, patrimônio e de organizar um pouco um material que muitas vezes se encontra disperso, garantindo a integridade deste; o CLOSE na sala de aula, que se volta para o ambiente escolar; e o CLOSE nas ruas que tem um âmbito mais da História Pública, de pensar e apresentar o espaço urbano como marcado por essa história e memória LGBTQIA+.

H.C.S.: Você pode falar mais um pouco sobre o CLOSE? Descrever, por exemplo, um pouco a história do Centro, seu papel e projetos realizados nele.

Benito: o CLOSE⁵ foi criado em 2019 oficialmente depois de receber verba do CNPq através de um Edital Universal e a partir daí houve uma confluência de pessoas da academia, tanto docentes quanto discentes (graduação e pós-graduação), que se envolveram com o projeto. Destaco a presença de pessoas que têm uma inserção na sala de aula como professores das redes estaduais, municipais ou privadas, além de discentes do ProfHistória. Então em 2019 começamos a pensar na estruturação de uma plataforma digital, a qual já está estruturada e agora está carecendo de mais alimentação; e

.....

5. O CLOSE possui páginas ativas no [Facebook](#), no [Instagram](#) e no [YouTube](#). Além das redes sociais, o centro possui [página própria](#) vinculada à UFRGS.

também em intervenções em sala de aula, principalmente através de dois projetos. O primeiro foi um curso para a formação de professores de Ensino Básico, o qual hoje seria impossível realizar presencialmente devido à aglomeração que provocaria com o alto número de inscritos. Já o segundo projeto é um livro paradidático que a gente vem organizando sobre História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul, não no sentido cronológico, mas a partir de alguns assuntos que podem entrar na discussão em sala de aula. Então, por exemplo, abordamos sexualidades não cis-heteronormativas – para usar um termo atual – entre os povos originários que habitavam o território do que viria a se tornar o Rio Grande do Sul. Apresentamos também, por exemplo, a Coligay, a primeira torcida de futebol gay do Brasil organizada em torno do Grêmio e surgida ainda na época da ditadura em 1977, tendo se desfeito em 1983. Assim, esses temas e muitos outros, como o movimento LGBTQIA+ no RS e experiências em cidades do interior, são focalizados e são tratados como conteúdos de um livro paradidático. Então, por exemplo, a Coligay nos serve de mote para pensar a questão LGBTQIA+ no plano dos esportes e as próprias questões de gênero – por quê, por exemplo, alguns esportes são masculinos e outros considerados femininos. Para esse projeto, tivemos um gás bem importante esse ano que foi um edital do Ministério Público do RS com verbas do Banco Santander, iniciativa essa que é uma compensação do Banco Santander por ter fechado a exposição *Queermuseu*⁶ antes do prazo previsto. Assim, a partir do edital do projeto “Eu sou respeito”⁷, foram escolhidas seis propostas, desde projetos mais de memória como outros mais artísticos, ligados a esse universo da diversidade, não só a sexual e de gênero, mas étnico-racial também. Então fomos um dos projetos contemplados e isso deu literalmente um gás e uma sustentação para desenvolvermos outros três projetos além desses que a gente já vinha realizando em torno da plataforma e do livro paradidático. Teremos, então, um filme curta-metragem, uma exposição – que a gente pretende que seja não em um museu ou instituição, mas dispersa pela cidade e que contemple essa nossa proposta de marcação do espaço urbano – e um livro de cunho mais acadêmico – provavelmente uma coletânea sobre a história LGBTQIA+ no RS reunindo os trabalhos concluídos ou em andamento na graduação, no

.....

6. *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira* foi uma exposição realizada em 2017 na cidade de Porto Alegre e que foi encerrada pelo espaço Santander Cultural após uma série de protestos de alas conservadoras e grupos de direita contra a exposição.

7. Mais informações disponíveis na página do projeto: <https://www.eusourespeito.com>

mestrado e doutorado, com o intuito de ser um pouco o estado da arte de nossa produção e também um incentivo para novas pesquisas, observando inclusive quais são nossas lacunas. É importante, por exemplo, repararmos aquilo que não estamos pesquisando e quais caminhos de pesquisa temos a partir dessas lacunas.

Há uma crítica que ouço bastante que é a nossa fama de bairristas aqui no RS, mas do meu ponto de vista não tem nada disso, já que trabalhamos dentro de nossas possibilidades. Se fizéssemos uma História LGBTQIA+ brasileira, por exemplo, não teríamos condições para dar conta da extensão da pesquisa. E também já existem propostas de arquivamento e de História Pública em outros estados e cidades. Portanto, eu acredito que tratamos daquilo que conseguimos dar conta, mas sempre pensando o recorte no Rio Grande do Sul não como o fim, mas como o laboratório para a gente pensar em questões teóricas, historiográficas, políticas, éticas, entre outras. Aqui conhecemos as pessoas, os arquivos, os movimentos sociais e os professores, mas a nossa expectativa, por exemplo, é que esse livro paradigmático, com muita pretensão, possa servir não de modelo, mas de inspiração para outras iniciativas em outros estados.

H.C.S.: Em discussões recentes de seus trabalhos, como na última edição do Seminário Nacional de História ou no Fazendo Gênero 12, desponta uma preocupação sua em se voltar para espaços de memória e os silenciamentos que atravessam tais construções. A presença ou omissão, por exemplo, do Triângulo Rosa em Museus destinados à História do Holocausto é um dos pontos de entrada para essa discussão. Você pode relatar um pouco quais estão sendo seus principais interesses e recortes em suas pesquisas recentes?

Benito: Eu tenho trabalhado nesse projeto, que é apoiado com bolsa de produtividade do CNPq, que trata do que eu chamei de uma “cultura da memória transnacional”. As discussões sobre memória, silêncio e trauma são discussões que gosto muito. Me lembro que uma vez eu dei uma disciplina optativa sobre memórias do Holocausto e a gente trabalhou com narrativas fílmicas, de memória, lemos obras dos Primo Levi, trabalhamos com histórias em quadrinhos, museus e monumentos. Então é um tipo de bibliografia que gosto de trabalhar, tendo ministrado outras disciplinas sobre memória, do ponto de vista mais teórico, refletindo a partir de Maurice Halbwachs, Paul Ricoeur, Michael Pollak, entre outros. Isso sempre acompanhou um pouco as minhas aulas - até porque

sou professor de Teoria e Metodologia da História - e também por conta do meu interesse pelas relações entre história e memória, os sombreamentos e afastamentos. Também trabalhei bastante com história oral, então acho que isso exige do profissional um trabalho sobre a memória. Então, resolvi unir o útil ao agradável: a História LGBTQIA+ com as discussões sobre memória. É a primeira vez que estou fazendo um projeto, talvez desde o Mestrado, que não é biográfico. E é uma questão que me interessa muito: esse aspecto tanto transnacional e como essas narrativas circulam em diversos países, sendo apropriadas, ressignificadas ou reforçadas. Aspectos de uma história transnacional já me interessavam na pesquisa sobre o militante Flavio Koutzii, por ele ser uma pessoa que cruzava fronteiras e levava e absorvia discussões de diversas localidades, transmutando essas discussões conforme o seu *background*. E a discussão sobre patrimônio também me interessa pela minha própria atuação como historiador público, tendo feito curadoria e administrado acervos. Acredito que acabo sendo um pouco eclético, não sendo daqueles historiadores – os quais acho maravilhosos – que estudam o mesmo período e sujeitos a vida toda, chegando a um grau de detalhamento que eu fico encantando: o de já conhecer todas as pessoas das suas fontes pelo nome. Isso eu acho que é um tipo de carreira e o meu tipo de carreira é um pouco de transitar por campos, o que também apresenta riscos, já que parece que sempre estou lendo a bibliografia básica de todos os campos. Portanto, eu tento em minhas pesquisas recentes, através do estudo de alguns monumentos e de alguns museus, ver como determinadas narrativas sobre a História LGBTQIA+ circulam transnacionalmente. Quando eu comecei, consegui mapear poucos museus ou monumentos, mas isso tem se transformado agora. Uma das tarefas que tenho feito junto com as minhas bolsistas é fazer uma tabela dessas experiências patrimoniais no mundo: arquivos, museus, bibliotecas, entre outros, dedicados a essa temática – detalhes como: onde se localizam, o tipo de financiamento, se é público ou privado, quais os principais acervos, linha de ação, etc. Assim, tentamos verificar algumas tendências. Na América Latina, por exemplo, esses locais têm proliferado muito, o que não era o caso antes. Ao olhar para esses espaços, procuro observar tanto como se forma uma narrativa mais *mainstream*, que no geral é a narrativa progressista e estadunidense “das trevas para a luz” ou “da opressão à libertação” - e aí as vitórias, como a questão do casamento, são consideradas o apogeu dessa narrativa. Nesse sentido alguns traumas acabam sendo importantes para essa história: como o trauma dos Triângulos Rosa nos museus e monumentos do Holocausto; e o trauma da AIDS, que é muito menos visível, mas aparece nas

narrativas. Também podemos sublinhar a presença de algumas memórias mais subterrâneas: a memória das pessoas trans é um desses exemplos e que tem sido objeto de investimentos muito mais recentes; ou então a memória de grupos menos *mainstreams* como, por exemplo, sadomasoquistas, pessoas com outras práticas sexuais para além do sexo monogâmico, entre outros. Essas narrativas são bastante relevantes como forma de diversificar um pouco essa narrativa *mainstream*, a qual às vezes pode ser muito aprisionadora e promotora de imagens fixas sobre tais indivíduos: para exemplificar isso, sempre sugiro refletir, por exemplo, sobre quais são as imagens que aparecem quando você digita LGBTQIA+ no Google. Portanto, fiz um recorte analítico e acho que, por enquanto, como produto vão sair dois artigos – sobre os quais tenho dado algumas prévias em eventos recentes: um artigo sobre os museus do Holocausto e a presença ou não dos Triângulos Rosa; e outro sobre memoriais relativos ao HIV/AIDS.

H.C.S.: De certa forma, quando nos voltamos a tais espaços de memória e observamos os silenciamentos em relação às dissidências de sexualidade e/ou gênero, nos aproximamos de discussões como as da museologia queer. Em uma aula magna para o Programa de Pós-Graduação em História da UFG em 2020⁸, você frisou a importância de abrangermos uma proposta queer para a história ou, como em suas palavras, a noção de *queerizar* o conhecimento histórico. Se trazer novos sujeitos e narrativas para o interesse das pesquisas históricas é um exercício necessário, mas não suficiente, de qual forma você entende a necessidade de *queerizar* a história? A partir de quais propostas teórico-metodológicas você enxerga tal potência para a História LGBTQIA+?

Benito: Eu acredito que com essa pesquisa eu tive que me aproximar de outros campos do saber, como o da museologia. E existe uma discussão muito forte, tanto teórica quanto metodológica, relacionada às propostas queer e que provoca um tensionamento das identidades de gênero e orientações sexuais. É uma discussão que é complicada porque coloca em xeque a ação política, já que esta é identitária normalmente. Nós estamos reivindicando direitos para quem, para quais grupos? Quando a gente vai fazer uma política de ação afirmativa, por exemplo, a gente reafirma identidades. Portanto,

.....

8. Disponível em: https://youtu.be/E_TARJcR3Ak

embora a aposta queer seja uma aposta na fluidez, quando a gente faz política pública, acabamos precisando de identidades, nem que seja a partir de uma autodefinição: geralmente requerer-se o acompanhamento de alguma documentação, por exemplo. Então é algo muito tenso porque em um momento em que nós temos que reivindicar direitos e evitar mortes e violências, pensar em uma teoria *a priori* anti-identitária ou pós-identitária é desafiador. Mas no campo da museologia o que eu vejo é uma aposta contrário à - para usar o termo da Joan Scott - teoria do suplemento. Ou seja, propõe-se pensar na discussão LGBTQIA+ como parte integrada ao museu, não como uma sala em anexo ou uma exposição temporária. O importante é ter espaço para mudar a narrativa *mainstream*, o que é uma luta também das feministas, do movimento negro, entre outros grupos. Então do meu ponto de vista, queerizar a história, tanto a acadêmica quanto a pública e escolar, significa que essas provocações sobre identidade de gênero e orientação sexual tensionem as narrativas consagradas. E então voltamos um pouco ao início de nossa conversa: na aula de Brasil Colônia, por exemplo, o professor pode até colocar em seu plano um tópico sobre sodomia e tensões afins, mas eu sempre brinco que se faltar luz ou se acontecer uma greve, essa será a primeira aula a ser cortada, não a das Capitâneas Hereditárias. Aparecem, assim, as hierarquias. Quando a gente estuda os currículos da universidade, por exemplo, a História LGBTQIA+ pode ser uma optativa, mas deve-se sempre continuar como obrigatória as disciplinas sobre História Antiga, Moderna, Contemporânea, Brasil, etc. A intenção é que essas provocações queer servissem para repensar as próprias periodizações, por exemplo. Outra coisa que eu acho muito potente e que tenho insistido a partir da bibliografia que tenho lido é a questão de marcar os supostamente “universais”. Por que a gente parte do pressuposto da cisgeneridade e da heterossexualidade para a História? Assim como é importante marcar a branquitude, é também necessário marcar a cisgeneridade e a heterossexualidade. Então não deve ter essas discussões em uma disciplina a parte – o que seria certamente interessante para aprofundar as discussões – mas isso tem que estar ali atravessando tudo: a História Contemporânea, História da África, etc., para que possamos questionar esses pressupostos universalistas. E nas próprias periodizações: por que a gente não pode ter a disciplina de História Contemporânea cuja perspectiva seja a história das sexualidades? Ou, por exemplo, se formos falar de catástrofes, por que não falar da AIDS como uma das catástrofes do século XX? Então acredito que além de a gente já partir de um pressuposto cis-heteronormativo por medo da LGBTfobia,

por exemplo, também há um pouco de comodismo acadêmico. Assim, é necessário pensar isso como escolha também e destacar que há formas plurais de ver a história, localizando quem é que decide o que é ou não é importante. Sobre alguns autores, podemos pensar em clássicos como Judith Butler ou Paul Preciado, mas no Brasil tem uma produção importante, inclusive de intelectuais trans: penso na Amara Moira ou na Helena Vieira, por exemplo, que têm colocado questionamentos importantes. Temos também no campo da história uma geração que está se formando agora na pós-graduação e que está colocando diversos questionamentos e provocações interessantes para o conhecimento, mostrando o caráter colonial do nosso conhecimento, das nossas periodizações e assim por diante.

H.C.S.: Há toda uma discussão sobre se há realmente uma potencialidade para a teoria queer no Sul Global, especialmente no Brasil. Seja a própria limitação linguística que dificulta a tradução do termo *queer*, sejam as origens bastante ligadas ao Norte Global do termo e da teoria que nomeia, há uma série de discussões teórico-epistemológicas sobre a plausibilidade de empregarmos uma perspectiva *queer*. Como você enxerga isso? De que forma o Sul Global e a partir de quais especificidades este pode se engajar em uma perspectiva queer?

Benito: Claro, o próprio termo *queer* que tinha uma potência política no Norte pelo seu teor injurioso perde essa potência quando chega como teoria *queer*, principalmente aqui na universidade. Na academia estadunidense o *queer* significou uma afronta. Para nós o queer já chega muito higienizado, muito acadêmico. Dizer que você é um teórico queer é até chique no Brasil. Então acho que há outras propostas de se pensar a história aqui e que auxiliam a transmitir essa radicalidade, como a História Transviada, a História Bicha, entre outras. Mas acredito que o Sul Global tem uma contribuição primordial - e tem feito muito isso - que é a de racializar o *queer*. Inclusive o Sul Global tem aproveitado as discussões sobre interseccionalidade que, a priori, teriam se originado no Norte Global, e levado isso para a sua potência máxima. O Sul Global pode, por exemplo, pensar em outras formas de se refletir sobre as bichas, as trans e a própria figura da identidade travesti - a qual é bastante Sul Global. Então o Sul pode contribuir muito para repensar temporalidades, recortes, sujeitos e, principalmente, refazer os grandes marcos da História LGBTQIA+. Pensar talvez, por exemplo, o trauma da

Inquisição nas colônias em relação à sodomia muito antes do trauma dos Triângulos Rosa. Então acho que temos um potencial de questionar narrativas *mainstreams*, sobretudo interseccionando nossas discussões LGBTQIA+ com raça e classe.

Referências

- GREEN, James N. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina do Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GREEN, James; QUINALHA, Renan Honório. *Ditadura e Homossexualidades: Repressão, Resistência e a Busca da Verdade*. São Carlos: Edufscar, 2014.
- GUIMARÃES, Celeste Zenha. *Homossexualismo: mitologias científicas*. 1994. Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- MOTT, Luiz. “A Inquisição no Maranhão”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 28, v. 14, p. 45-73, 1994.
- RODRIGUES, Rita Colaço; VERAS, Elias Ferreira; SCHMIDT, Benito Bisso. *Clio sai do armário: Historiografia LGBTQIA+*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- SALLES, Catherine. *Nos Submundos da Antiguidade*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii: biografia de um militante revolucionário – de 1943 a 1984*. Porto Alegre: Libretos, 2017.
- PEDRO, Joana Maria; VERAS, Elias Ferreira. “Os silêncios de Clio: escrita da história e (in) visibilidade das homossexualidades no Brasil”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 6, n. 13, p. 90 - 109, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180306132014090>. Acesso em: 19 ago. 2021.

*Recebido em 19 de agosto de 2021.
Aprovado em 30 de setembro de 2021.*